

Infância e espaços urbanos: perspectivas de pesquisa e intervenção

Samy Lansky

Maria Cristina Soares de Gouvea

Resumo

O percurso dos estudos da infância é apresentado por meio de análises teórico-bibliográficas que se concentram em geografia, arquitetura e urbanismo; no diálogo que essas áreas estabelecem com os referenciais teórico-metodológicos dos estudos da infância; e, no campo interdisciplinar desenvolvido a partir do final do século 20. Desde a década de 1970, as relações da criança com a cidade têm sido contempladas na geografia, configurando um campo específico. Nas pesquisas urbanísticas e na produção arquitetônica, desde meados do século 20, há propostas urbanas que, apesar de pontuais, incluem as crianças. Observa-se um crescente volume de programas e planos urbanos que focam a criança nos espaços públicos e a sua mobilidade na cidade. No Brasil, o interesse pelo tema baseia-se no entendimento de que a reprodução da desigualdade da estrutura social ancora-se na experiência de segregação vivida desde a infância. Educar para a vida adulta implica refletir sobre as estratégias de desenvolvimento da cidadania que envolvam formas de convívio intergeracional e interclasse desde a infância, e, também, como essa segregação é reproduzida nas interações e nos espaços sociais.

Palavras-chave: cidade; crianças; estudos da infância; estudos urbanos.

Abstract

Childhood and urban spaces: research and intervention perspectives

The path of childhood studies is presented through theoretical and bibliographic analyses centered on geography, architecture and urbanism, establishing a dialogue with these areas along theoretical and methodological benchmarks of childhood studies and in the interdisciplinary field developed at the end of the twentieth century. During the 1970s, interactions between children and the city has been contemplated within geography, thus forming a specific field. Since the mid-twentieth century, urban studies and architectural production have urban proposals that, although occasionally, include children. Recently, we observe a growing number of programs and urban plans that centers on children in public spaces and their mobility in the city. In Brazil, interest in this matter stems from the awareness that the reproduction of inequality in the social structure is also anchored in the social experience of segregation lived since childhood. Education towards adult life implies a reflection on citizenship development strategies that involve forms of intergenerational and interclass interaction since childhood, as well as the perception on how this segregation is reproduced in interactions and social spaces.

Keywords: cities; children; childhood studies; urban studies.

Resumen

Infancia y espacios urbanos: perspectivas de investigación e intervención

El camino de los estudios de la infancia se presenta a través de análisis teórico-bibliográficos que se centran en la geografía, la arquitectura y el urbanismo; en el diálogo que estas áreas establecen con las referencias teórico-metodológicas de los estudios de la infancia; y en el campo interdisciplinario desarrollado a partir de finales del siglo XX. Desde la década de 1970, las relaciones de los niños con la ciudad se han contemplado en la geografía, configurando un campo específico. En la investigación urbana y la producción arquitectónica, desde mediados del siglo XX, ha habido propuestas urbanas que, aunque puntuales, incluyen a los niños. Existe un volumen creciente de programas y planes urbanos que se centran en los niños en los espacios públicos y su movilidad en la ciudad. En Brasil, el interés por el tema se basa en el entendimiento de que la reproducción de la desigualdad de la estructura social está anclada en la experiencia de segregación vivida desde la infancia. Educar para la adultez implica reflexionar sobre las estrategias de desarrollo de la ciudadanía que involucran formas de convivencia intergeneracional e interclasista desde la infancia, y también cómo se reproduce esta segregación en las interacciones y espacios sociales.

Palabras clave: ciudad; niños; estudios de la infancia; estudios urbanos.

Introdução

As relações da criança com o mundo urbano constituem tema de significativas produções, ainda que esparsas, desde o século 19. Mais recentemente, tais estudos vêm sendo adensados, afirmando-se como substantivo campo de produção, caracterizado pela interdisciplinaridade e por um aparato conceitual e de recursos metodológicos singulares, e também pela multiplicidade das temáticas de pesquisa, tendo como perspectiva apreender a relação da criança com a cidade, a partir de suas experiências sociais e seu olhar sobre o mundo. Essas referências servem de âncora para a construção de projetos e programas de intervenção urbana, com base na defesa do direito da criança à cidade (Lefebvre, [1968] 2009;¹ Gobbi; Anjos; Seixas; Tomás, 2022; Lansky; Gouvea, 2022).

Neste artigo, ainda que brevemente, sistematizamos tal campo de produção, historicizando seu percurso, apresentando as principais temáticas, as estratégias investigativas e os desafios contemporâneos de intervenção, em sua dimensão espacial. Levando em conta experiências anteriores da autora e do autor, iremos concentrar as análises nos campos da geografia, da arquitetura e do urbanismo, no diálogo que estabelecem com os referenciais teórico-metodológicos dos estudos da infância.

Anteriormente, a criança era abordada em pesquisas e investigações oriundas especialmente do campo da psicologia, mas, a partir das décadas de 1980 e 1990, emergem estudos em que ela aparece como ator no campo sociológico. Nessa direção, a produção bibliográfica tem chamado a atenção para a importância de considerar que a criança participa da vida social no interior de relações com adultos, as quais são atravessadas por dinâmicas de poder. Cabe, pois, conferir visibilidade às estruturas sociais em que essas relações se desenvolvem (Qvortup, 2011; Qvortrup; Corsaro; Honig, 2009), contemplando os vínculos inter e intrageracionais, os espaços sociais, a singularidade das produções discursivas de crianças de diferentes origens e idades (Campos, 2008).

Outras áreas disciplinares vêm tomando a criança como objeto de reflexão, configurando um campo com identidade própria: os estudos da infância, com um enorme volume de publicações, congressos e associações científicas. Tanto na construção de um suporte teórico de análise da singularidade da infância como grupo geracional, quanto na construção de estratégias metodológicas investigativas, a interdisciplinaridade afirma-se como dimensão fundamental do campo, destacadamente no diálogo com a história, a sociologia, a psicologia, a geografia, os estudos da linguagem, das artes visuais, do *design* e, mais recentemente, com a arquitetura e urbanismo. Observa-se que tais investigações têm fundamentado a construção de práticas, projetos e programas de intervenção, no interior de políticas públicas de defesa dos direitos da criança, envolvendo prioritariamente os setores de educação, saúde e assistência social (e, mais recentemente, do urbanismo), avançando para uma perspectiva intersetorial.

¹ O ano entre colchetes é o da primeira edição da obra citada.

Seguindo as reflexões de James (2010) sobre os desafios para as pesquisas, cabe investir num modelo interpretativo que supere as divisões disciplinares e busque um conhecimento que atravesse os diferentes campos, situando-se nas fronteiras e margens e não no interior das distintas disciplinas que hoje contemplam a infância. Mas, para as ciências sociais contemporâneas, certamente esse não é um questionamento posto apenas para os estudos da infância.

Tal perspectiva tem implicado desafios metodológicos nas investigações e intervenções. No caso dos estudos sobre a relação da criança com o mundo urbano, como deveria ser sua vivência nesse espaço? Como pensar, planejar e produzir de forma colaborativa e democrática o espaço urbano, considerando o direito da criança à cidade?

Criança e espaço urbano no Brasil: produção de olhares e intervenções

Ao entender a criança como agente, inserido em múltiplos espaços, o universo investigativo, os contextos de intervenção social e as temáticas ampliam-se. Tradicionalmente, em particular no campo da pedagogia e da arquitetura, os estudos privilegiavam as instituições de educação infantil, contemplando a análise dos processos e espaços educativos formais ou, no caso da psicologia, as relações familiares. Recentemente, busca-se investigar o vínculo que a criança estabelece com o universo social mais amplo, analisando-se outros espaços e os veículos formativos. Destacam-se, entre outros, os estudos sobre os espaços públicos de lazer, as relações com os museus e outros equipamentos culturais, com as mídias, a inserção em espaços rural e urbano, a participação em movimentos sociais, bem como o impacto das diferenças e desigualdades sociais urbanas na experiência das crianças.

Esse panorama resulta na ampliação dos estudos sobre os espaços sociais da infância para além de família e escola, destacando-se um consistente volume de pesquisas que tomam o espaço urbano como campo de investigação e intervenção. A cidade afirma-se não apenas como lócus de moradia, mas como espaço educativo de sociabilidade, festa, cultura e mobilidade.

Na produção sobre as relações com os espaços urbanos no Brasil, historicamente, a cidade é percebida como lugar de corrupção e deformação da criança, que deve estar inserida na escola, tendo sido esse argumento fundamental no estabelecimento do ensino obrigatório (Gouvea, 2013). O discurso sobre o papel corruptor da cidade marca os projetos de educação no Brasil durante a Primeira República, período de intensa urbanização (Faria Filho, 2002), em que a escola deveria ser estendida a toda a população infantil urbana, de forma a protegê-la da rua e dos efeitos nocivos que esta exerceria sobre sua formação: “se tal discurso de criminalização da circulação da criança na cidade é histórico, sua presença inscreve-se no cenário contemporâneo e marca muitas das políticas públicas de proteção à infância” (Carvalho; Seixas; Seixas, 2023, p. 2).

Os investigadores têm chamado atenção para como o cotidiano infantil é informado por tradições socioculturais, principalmente considerando as diferenças entre países do Hemisfério Norte (onde, desde o século 19, propagou-se o discurso de periculosidade da rua para a formação da criança), caracterizado pela domesticidade, privatização, institucionalização do cotidiano infantil, e países do Hemisfério Sul. Nestes, *grosso modo*, a rua constituiu-se como parte da vivência das crianças, pois, como aponta Lucchini (1996, p. 257, *apud* Parga, 2004, p. 146, tradução nossa), “à imagem da rua como lugar perigoso corresponde, muitas vezes, uma concepção europeia não compartilhada pelos grupos sociais populares dos países sul-americanos”.² Ou seja, a sociabilidade das camadas populares nesses países define-se tradicionalmente pela apropriação da rua, em continuidade com o espaço da casa, como também demonstra Punch (2002).

No Brasil, no exercício de uma sociabilidade centrada no grupo de pares, “a rua torna-se cenário de jogos e brincadeiras coletivas, expressão de uma cultura geracional específica”, a infantil (Gomes; Gouvea, 2008, p. 56), nesse sentido, assume um significado de iniciação na vida social. Desde o emblemático estudo de Florestan Fernandes ([1944] 1979), “As trocinhas do Bom Retiro”, em que o autor analisou a relação da criança com a cidade de São Paulo, as brincadeiras e singularidades das suas formas de apropriação do espaço urbano têm sido investigadas.

Segundo Castro (2004, p. 19), “[...] afastados das esferas institucionalizadas de poder, crianças e jovens embatem, na tessitura física e social por onde a vida da cidade se constrói, um jogo de forças para ocuparem seu lugar enquanto sujeito coletivo”. Porém, o esvaziamento da rua como espaço de sociabilidade infantil, não apenas nas camadas médias e altas, mas também nos extratos populares, configura, na contemporaneidade urbana, uma restrição da experiência da infância.

No caso das cidades brasileiras, as “regras que organizam o espaço urbano expõem basicamente padrões de diferenciação social e de separação” (Caldeira, 2000, p. 211), e, na análise do livro *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, Augusto (2002, p. 219-220) ressalta que:

[...] o abandono de valores vinculados a um espaço público aberto e igualitário conduz à separação e ao estabelecimento de distância irredutível entre os grupos sociais, fazendo crer que cada um deva se isolar e conviver apenas com os seus iguais. A homogeneização produzida por esse padrão emergente de segregação, ao impedir a manifestação dos contrastes e a percepção do outro como um distinto complementar, dificulta a formação de indivíduos capazes de perceber a importância de sua atuação pública.

Observa-se, no contexto brasileiro, a restrição dos espaços de circulação das crianças, como indicam, entre outras, as seguintes pesquisas referentes a grandes metrópoles:

- Recife: Gough e Franch (2005);
- Belo Horizonte: Lansky (2006, 2012) e Carvalho (2009);

² [...] a la imagen de la calle peligrosa, una concepción de origen nord europeo que no es compartida por los grupos sociales desfavorecidos de los países sudamericanos.

- Rio de Janeiro: Coelho (2007);
- Brasília: Muller (2010).

Os estudos confirmam que as diferentes configurações sociais e urbanas informam distintas experiências de infâncias, caracterizadas pela segregação e pelas desigualdades sociais. No Brasil, se analisarmos a questão da mobilidade infantil, as crianças das camadas média e alta vivem confinadas em seus condomínios ou nas próprias residências, impedidas de usar os lugares públicos e neles circular, de experimentar a cidade, enquanto parte das crianças de aglomerados, vilas, favelas e ocupações populares são bastante presentes nesses espaços, circulam com mais autonomia entre a casa e a escola, vivenciam, portanto, a cidade de forma mais intensa, tanto em brincadeiras quanto em sociabilidades. No entanto, essa presença não é sinal de garantia dos direitos e pode indicar situação de vulnerabilidade social, exploração sexual e/ou no trabalho (Lansky, 2012). A condição urbana de confinamento ou emparedamento das crianças (Tiriba, 2010) e a falta de proteção resultam, em muitos casos, na dificuldade de acesso aos direitos infantis.

A violência urbana e de trânsito marcam a experiência das ruas, especialmente nas grandes metrópoles brasileiras (mas não apenas), onde o racismo e o medo do estranho, aliados à criminalidade, colocam os transeuntes em permanente estado de alerta, que exige estratégias específicas para a permanência e circulação dos sujeitos. Essas restrições têm informado um empobrecimento da experiência social infantil, tanto nas crianças das camadas médias quanto das populares.

30

Devido ao crescimento das desigualdades sociais na configuração das grandes metrópoles contemporâneas, a representação do espaço público como local de perigo aliada à sua privatização e a prioridade dada à circulação de automóveis têm efeitos significativos na experiência das infâncias, destacando-se as diferenciações de acordo com marcadores de gênero, raça/etnia e classe. Por outro lado, não é possível falar de cidade no singular, ao se considerar a diversidade de espaços urbanos contemporâneos.

Cabe chamar atenção para os dados sobre violência nos ambientes domésticos e nas redes de vizinhança, tanto em classes populares como nas classes médias e altas. No relatório sobre o contexto brasileiro, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, 2020, p. 50), informa que “a violência sexual acontece majoritariamente dentro de casa, e o responsável pelo crime é uma pessoa conhecida da vítima”.

Em 2020, 213 crianças de até 9 anos morreram de forma violenta no Brasil, com um aumento preocupante, de 2016 a 2020, no número de mortes de crianças de até 4 anos de idade. Na maioria dos casos, essas crianças morreram dentro de casa, vítimas de alguém conhecido. Para as crianças de até 9 anos de idade, a violência é, portanto, um fenômeno doméstico. Crianças são vítimas de morte violenta nos locais onde deveriam estar mais seguras: dentro de casa. (Unicef, 2020, p. 49).

No campo das políticas educacionais no Brasil, desde o início do século 20, é possível observar reflexões que levam em conta a dimensão formativa da cidade. As concepções propostas pelo movimento da Escola Nova, por exemplo, defendiam

uma educação pública para todos que extrapolasse os conteúdos curriculares adotados na época, de forma a incluir uma formação ampla dos alunos, como sujeitos cidadãos e produtores de cultura. A partir dos anos 1920, Anísio Teixeira assume um cargo público na área da Educação, em Salvador, e propõe que os espaços de lazer sejam incorporados às “escolas-parque”, institucionalizando, assim, uma das principais expressões culturais das crianças: a brincadeira.

Outra experiência de institucionalização das culturas urbanas infantis que marca a história da relação da criança com as cidades brasileiras são os parques infantis de Mário de Andrade. Na década de 1930, ao assumir o Departamento de Cultura e Lazer do município de São Paulo, propõe e constrói diversas unidades desse equipamento de atendimento de crianças no contraturno, com o objetivo expresso de valorizar e preservar as brincadeiras infantis, em contexto multicultural dos bairros residenciais da cidade naquela época. Essa prática constitui um exemplo paradigmático, embora pontual, pois propunha uma experiência governamental cultural e educacional não escolar, destinada a crianças de 3 a 6 anos, de famílias trabalhadoras, com o objetivo de garantir o direito ao brincar nos espaços públicos (Faria, 1993).

A intervenção de Mayumi Watanabe de Souza Lima (1989), que se tornou referência na arquitetura brasileira, foi muito importante ao considerar a relação das crianças com os espaços e propor a participação delas em projetos de arquitetura escolar pública, questões expressas em sua obra *A cidade e a criança*.

Demais experiências brasileiras vêm trabalhando na perspectiva da integração dos espaços urbanos: o projeto Bairro-Escola, elaborado pela organização não governamental (ONG) Cidade Escola Aprendiz, no final da década de 1990, que propôs a utilização dos espaços de escolas, praças, parques, igrejas, clubes etc. como espaços educativos. Inicialmente, esse projeto foi adotado no bairro Vila Madalena, em São Paulo, posteriormente, em Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, e no programa Escola Integrada, de Belo Horizonte (Lansky, 2012). Nesse programa, com a perspectiva de uma educação integral e integrada nos territórios, as crianças passaram a frequentar a escola em tempo integral, com conceitos diversos, mas imbricados nessas políticas. Esse Programa, que chegou a se expandir para a política estadual de educação em Minas Gerais, sofreu retrocesso durante a pandemia e tem retornado aos poucos à capital, de forma distinta da anterior.

Apesar da inspiração e inovação que o projeto Bairro-Escola representou, ele não existe mais no mesmo formato. Seguindo nessa direção, o Programa Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC), numa perspectiva de educação integral, apresenta o caderno pedagógico *Territórios educativos para a educação integral*, em que o termo *território educativo* é cunhado (Brasil. MEC. SEB, 2010).

Cabe indicar que temos avançado ao estabelecer o olhar para a prioridade da infância nas políticas públicas. O marco legal para a primeira infância (Lei nº 13.257/2016) é uma conquista brasileira recente com desdobramentos em ações voltadas para crianças pequenas. Apesar do desafio em sua implementação e das verbas nos orçamentos públicos, o *Plano Nacional pela Primeira Infância*, elaborado

pela Rede Nacional Primeira Infância (fórum de debate sobre políticas e ações com crianças), em 2020, pode ser considerado um desses sinais que colocam o sujeito criança na pauta de discussões sobre política pública no Brasil de modo intersetorial, apresentando um capítulo específico sobre a questão espacial, urbana e ambiental. Nessa direção, vêm sendo elaborados planos estaduais e municipais para a primeira infância em diversas regiões do Brasil, esforço coletivo de educadores, ONGs, fundações internacionais, universidades etc., mas que carecem de financiamento e estratégias para a escuta e participação das crianças, um dos principais desafios para os estudos, as políticas e os projetos a elas destinados.

Infância e cidade: perspectivas (inter)disciplinares

A temática das relações da criança com a cidade tem sido especialmente contemplada nos estudos da geografia, configurando um campo específico (ou subdisciplina), como observam Holloway e Valentine (2000), no livro *Children's geographies*. Tal campo configurou-se a partir da década de 1970, com os trabalhos desenvolvidos por William W. Bunge sobre como as crianças viviam uma opressão espacial nas cidades de Toronto e Detroit (Christensen; O'Brien, 2000).

Inicialmente, os estudos fundavam-se num diálogo com a psicologia do desenvolvimento, em sua vertente piagetiana, buscando apreender como a criança constrói noções e representações de espaço (Holloway; Valentine, 2000). Posteriormente, foi sendo estabelecido um diálogo teórico-metodológico com a sociologia e antropologia da infância, configurando-se uma "subdisciplina" definida pela realização de eventos específicos, pela produção de periódicos e por um vasto número de pesquisas em diferentes países. Tais análises têm em comum a ênfase no estudo da espacialidade da criança, no interior de diversos espaços sociais, destacando-se:

- as revistas: *Childhood*, número especial de 2000; e *Children's Geographies*, criada em 2003;
- as coletâneas: *Children in the city: home, neighbourhood and community*³ (Christensen; O'Brien, 2000); *Children's geographies: playing, living, learning*⁴ (Holloway; Valentine, 2000).

Para Olwig e Gullov (2003 *apud* Lansky, 2012, p. 77), três temas representam diferentes dimensões de espaço que possuem importância central nos estudos do campo:

- i) *oportunidade e controle*: revela aspectos de poder, vigilância e observação panóptica, em que a infância urbana se configura como o setor mais controlado da existência;

³ *Crianças na cidade: moradia, vizinhança e comunidade* (tradução nossa).

⁴ *Geografia das crianças: brincando, vivendo e aprendendo* (tradução nossa).

- ii) *relações geracionais*: a distinção entre crianças e adultos revela a polarização entre dominadores e dominados, portanto, a infância opera como ferramenta de segregação espacial; e
- iii) *questão de pertencimento*: focaliza relações entre comunidades locais, identidade e esferas globais, em que a migração e a formação de “guetos” se apresentam como fenômenos centrais.

Também no Brasil, a Geografia vem ancorando muitos dos estudos contemporâneos sobre a relação da criança com a cidade, indicando um importante legado de Milton Santos (1979, 1980) e suas análises no que diz respeito às relações entre espaço urbano, segregação e desigualdades. Destaca-se a publicação de obras como: *Geografia da infância* (Lopes; Vasconcellos, 2005); *Infância (in)visível* (Vasconcellos; Sarmiento, (2007); e *Infância na metrópole* (Debortoli; Martins; Martins, 2008).

No campo da Educação, outra disciplina que traz importantes contribuições sobre a temática, apesar do foco em contextos escolares, destaca-se a publicação de dossiês:

- *Tempos e espaços da infância* (Delgado; Muller, 2006);
- *Educação, cidade e pobreza* (Bitencourt, 2012);
- *Infância e cidade: perspectivas analíticas para as áreas de educação e sociologia* (Muller; Nunes, 2014);
- *Infâncias na cidade: um diálogo com a educação* (Araújo; Aquino, 2018).

Mais recentemente, destacam-se as coletâneas: *Crianças, educação e o direito à cidade: pesquisas e práticas*, organizada por Gobbi, Leite e Anjos (2021), e *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*, por Gobbi, Anjos, Seixas e Tomás (2022).

Apesar de o tema da relação da criança com os espaços urbanos não ser comum nos estudos urbanísticos e na produção arquitetônica, desde meados do século 20, encontramos propostas urbanas – pontuais, diga-se de passagem – que incluem as crianças, ainda que grande parte desses estudos apresentasse um viés adultocêntrico. Destaca-se a intervenção urbana do arquiteto Aldo Van Eyck em Amsterdã do pós-guerra, onde a criança e a brincadeira passaram a ser consideradas no planejamento e projeto urbano. Nesse cenário, foram construídos mais de 700 parques infantis em terrenos bombardeados, numa perspectiva de restauro da convivência e sociabilidade comunitária em torno da criança. A simplicidade dos brinquedos criados e a facilidade de reprodução são resultado de uma minuciosa análise do contexto e da resposta projetual.

A pesquisa desenvolvida com apoio da Unesco, inicialmente coordenada pelo arquiteto e urbanista Kevin Lynch em 1976 e retomada em 1995, foi denominada “Growing up in the cities – Guic” (Lynch; Banerjee, 1991a). Esse programa de pesquisa significou um enorme investimento na compreensão da percepção infantil sobre o espaço urbano, trazendo contribuições para mudanças no planejamento e na organização das cidades (Christensen; O’Brien, 2000).

É possível considerar os *playgrounds*, ou os parques infantis, uma vitória da luta dos trabalhadores urbanos pelos espaços de lazer e convivência, como objeto de intervenção social e parte da cultura material infantil urbana, envolvendo mercado, experiências coletivas, incluindo as crianças e propostas criativas provenientes dos campos das artes, do *design* e da arquitetura. Destacam-se exposições que têm adotado essa temática:

- *Playgrounds, reinventar la plaza*, no Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia, em Madri, Espanha, 2014;
- *Projeto playgrounds*, no Museu de Arte de São Paulo (Masp), em São Paulo, Brasil, 2016.

Além da experiência dos parques infantis em São Paulo, na década de 1930 (Faria, 1993), destaca-se a produção de parques infantis pelo Serviço Social do Comércio – Sesc (Miranda, 1996) e pela artista Elvira de Almeida (1997), todos na cidade de São Paulo.

Numa perspectiva de reconstrução social do pós-guerra na Europa, em Reggio Emilia, na Itália, famílias se organizaram para a construção de escolas que, na sequência, foram municipalizadas sob a coordenação pedagógica de Loris Malaguzzi. Avançou-se, posteriormente, com a intervenção desenvolvida na pequena cidade de Fano, inspirada na obra de Tonucci (1996), em que foram criadas instâncias de participação infantil nas decisões sobre planejamento urbano (Baraldi, 2003). A “inversão da lógica do planejamento das cidades”, ao colocar o sujeito criança no centro, ganhou destaque e tornou-se referência mundial em termos de política, cidadania, educação e arquitetura escolar (Ceppi; Zini, 1998; Davoli; Ferri, 2000). Tal perspectiva tem sido objeto de pesquisas e intervenções da Reggio Children (Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança), em parceria com a Domus Academy. Nos países escandinavos, as crianças têm participado do planejamento de espaços públicos, porém com o caráter menos institucionalizado que o da experiência italiana (Rasmussen; Smidt, 2002).

Nesse contexto, a Unicef lançou, em 1996, o programa Cidades Amigas das Crianças⁵ baseado na Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989), buscando definir estratégias para qualificação urbana na perspectiva infantil. Nessa mesma época, foi fundada a Associação Internacional de Cidades Educadoras (Aice), reunindo municípios (inclusive brasileiros, ainda que a grande maioria destes se localizem nas regiões Sul e Sudeste do País) em torno do tema e dos direitos das crianças à educação cidadã. Recentemente, foram organizados alguns guias para o planejamento de espaços urbanos para crianças, com destaque para *Shaping urbanization for children: a handbook on child-responsive urban planning* (Unicef, 2018) e *Designing streets for kids* (Global..., 2020).

Diversas pesquisas buscam dar visibilidade às apropriações do espaço urbano pelas crianças no exercício da brincadeira, atividade cultural infantil por excelência,

⁵ *Child friendly cities* (Unicef, [1996]).

para o desenvolvimento das relações de sociabilidade. Vêm sendo analisados espaços de vizinhança (Rasmussen; Smidt, 2002), espaços públicos de lazer infantil, como praças, parques infantis (Smith; Barker, 2000) e demais espaços públicos (Lansky, 2006, 2012), *playgrounds*, centros de convivência (Zeihner, 2002), entornos escolares (Azevedo; Tângari; Rheingantz, 2016) ou mesmo espaços de guetos e campos de concentração, como no perturbador estudo histórico de Eisen (1988). Tais pesquisas vêm cada vez mais indicando o cuidado de considerar que, no exercício de agência da criança, este se configura no interior de estruturas sociais dadas pelos adultos (McKendrik, 2000). Por outro ângulo, é importante levar em conta as diferenças que os espaços como casa, vizinhança, comunidade e cidade impõem à brincadeira, cabendo analisá-los em suas conexões (Christensen; O'Brien, 2000).

Algumas pesquisas tomam como objeto o uso da cidade pela criança, mediante sua circulação. Como salienta Augé (1994), é importante distinguir como a criança vê a cidade e como faz uso dela, o que constitui objetos distintos. Esses usos podem transgredir a ordem vigente e produzir outros espaços, para além do previsto e desejado pelos adultos. As investigações têm priorizado a análise dos deslocamentos ou a mobilidade infantil, ou seja, os caminhos que elas fazem na cidade, os quais informam seu conhecimento sobre o espaço urbano e o modificam por meio de usos, muitas vezes, imprevistos. Observa-se como essas rotas são determinantes no acesso aos espaços e aos direitos infantis, sendo informadas por processos de institucionalização (centrando-se no deslocamento casa/escola) e por relações de poder adulto/criança, envolvendo complexas negociações (Zeihner, 2002; Rasmussen; Smidt, 2002; Aitken, 2014).

Em termos metodológicos, a questão da alteridade da cultura infantil aponta a necessidade de construir estratégias que possibilitem captar os signos por meio dos quais as crianças atribuem significado à vida social. Muller e Delgado (2008) apresentam quatro grupos de ferramentas de pesquisas com crianças que utilizam:

- 1) oralidade;
- 2) criatividade, em termos de registro gráfico ou escrito;
- 3) recursos de multimídia;
- 4) expressão dramática.

Evidentemente, cada uma dessas estratégias implica um diálogo com campos disciplinares distintos. Vêm sendo utilizados registros imagéticos, com uso de ferramentas tecnológicas, com uso de fotografias pela criança (Buss, 1995; Rasmussen, 2000; Muller, 2010), de produção de desenhos, mapas, cartografias afetivas, maquetes, GPS, *Google Maps*, *Google Earth*, *map toys*, e outros (Matthews, 2003; Lansky; Gouvea; Gomes, 2014; Camacho; Gouvea, 2023). Essas metodologias têm informado não apenas as investigações, mas também as práticas e intervenções. Um bom panorama sobre metodologias participativas em processos de produção do espaço urbano com crianças é apresentado no livro *Placemaking with children and youth: participatory practices for planning sustainable communities* (Derr; Chawla; Mintzer, 2018).

Ou seja, se a produção arquitetônica e urbanística, ao abordar a criança, concentrou-se a princípio na arquitetura escolar, há pouco tempo, vem se ampliando o escopo de ação, observando-se um crescente volume de programas e planos urbanos que focam a criança nos espaços públicos e sua mobilidade na cidade. Tanto em termos de pesquisas, quanto em planos e projetos urbanos, há muito caminho ainda a perseguir, digamos, para se constituir o campo de uma arquitetura ou uma cidade *com* crianças.⁶ É possível considerar que esse campo, ao menos no Brasil, tem realizado esforços para superar uma visão universalizada do sujeito, enraizada em forte tradição arquitetônica modernista e elitista, e tem chamado atenção para a invisibilidade de grupos sociais como mulheres e negros, tradicionalmente ausentes.

É preciso destacar que: a questão ambiental informa a vulnerabilidade de crianças urbanas brasileiras em locais insalubres de moradia, poluídos e geologicamente instáveis; com a permanente ameaça de expulsão vivida por moradores de vilas populares, favelas e ocupações urbanas; e, também, enfrentando problemas de mobilidade e acesso. Nesse sentido, investigações recentes vêm adotando a perspectiva ambiental, decolonial e feminista no tratamento do tema, questionando o antropoceno e a centralidade da perspectiva epistêmica dos países do Hemisfério Norte na compreensão de contextos caracterizados pelas desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero (por exemplo, Gobbi; Leite; Anjos, 2021; Loeb; Lima, 2021; Gobbi; Anjos; Seixas; Tomás, 2022; Lansky; Gouvea, 2022).

Essa “mudança de rota” epistemológica e temática nos estudos urbanos e da infância pode ter sido impulsionada pela relação entre as mudanças climáticas, pela pandemia de covid-19, pelo avanço da ultradireita no Brasil e seus ataques à diversidade. Dessa forma, muitas pesquisas passaram a reforçar determinadas estratégias e metodologia militante em contextos sociais de resistência.

Considerações finais

A análise do impacto da qualidade de vida das cidades contemporâneas na experiência infantil tem ancorado projetos e programas de intervenção que vêm avançando, não apenas ao considerar o direito à cidade, mas, também, a participação da criança no planejamento urbano, que envolve negociações entre sujeitos distintos, definidos por pertencimentos socioeconômicos, de gênero, raça/etnia, geração, entre outros, que informam suas experiências e vivências em espaços concretos. Com base nesse enfoque, embora tal aspecto se mostre mais presente em países europeus, busca-se escutar a criança na formulação de políticas urbanas em outros contextos.

No Brasil, o interesse pelo tema advém da compreensão de que a reprodução da desigualdade da estrutura social ancora-se na experiência social de segregação vivida desde a infância. Pensar na formação das crianças para a vida adulta implica,

⁶ Nos estudos da infância, a expressão “pesquisas *com* crianças” se refere à participação delas nas pesquisas, em contraposição às “pesquisas *sobre* crianças”. Para o campo da arquitetura, busca-se, também, uma ênfase na participação, um contraponto à percepção hierarquizada do ofício, quando se usa, por exemplo, *Cidade para pessoas* (Gehl, 2013).

necessariamente, refletir sobre estratégias de desenvolvimento da cidadania que envolvam a construção de formas de convívio intergeracional e interclasse desde a infância, e, também, o entendimento de como essa segregação é reproduzida nas interações e nos espaços sociais.

Referências bibliográficas

AITKEN, S. Do apagamento à revolução: o direito da criança à cidadania/direito à cidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 128, p. 675-697, jul./set. 2014.

ALMEIDA, E. *Arte lúdica*. São Paulo: EdUsp, 1997.

ARAÚJO, V. C.; AQUINO, L. M. L. (Org.). Infâncias na cidade: um diálogo com a educação [dossiê]. *Educação*, PUCRS, Porto Alegre, v. 41, n. 2, maio/ago. 2018.

AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

AUGÉ, M. *O sentido dos outros: atualidade da antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

AUGUSTO, M. H. O. Segregação social e violência urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, p. 216-222, fev. 2002. Seção Resenha. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Rvpgf4bDCMVLn4MjvFmm8wF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2023.

AZEVEDO, G. A. N. (Org.). *Diálogos entre arquitetura, cidade e infância: territórios educativos em ação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

AZEVEDO, G. A. N.; TÂNGARI, V. R.; RHEINGANTZ, P. A. (Orgs.). *Do espaço escolar ao território educativo: o lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2016.

BARALDI, C. Planning childhood: children's social participation in the towns of adults. In: CHRISTENSEN, P.; O'BRIEN, M. (Ed.) *Children in the city: home, neighbourhood and community*. London: Routledge, 2003. p. 184-205.

BITENCOURT, A. (Org.). Educação, cidade e pobreza [dossiê]. *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 1, jan./abr. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 mar. 2016. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). *Territórios educativos para a educação integral*. Brasília, DF: MEC, 2010. (Série Cadernos Pedagógicos, 12).

BRUNER, J. *Realidade mental, mundos possíveis*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BUNGE, W. W. The Geography of human survival. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 63, n. 3, p. 275-295, Sep. 1973.

BUNGE, W. W. *Theoretical geography*. rev. and enlarged ed. Lund, Sweden: Departement of Geography, Royal University of Lund, 1973.

BUNGE, W. W. Regions are sort of unique. *Area*, v. 6, p. 92-99, 1974.

BUSS, S. Urban Los Angeles from young people's angle of vision. *Children's Environments*, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 340-351, Sept. 1995.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EdUSP, 2000.

CAMACHO, D. M.; GOUVEA, M. C. S. "For me, speaking about the past is the best in the world, for them, the worst": social landscapes and territories of memory from displaced Colombian children. *Children & Society*, [S.l.], p. 1-16, June 2023.

38

CAMPOS, M. M. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, S. H. V. (Org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 35-42.

CARVALHO, L. D. Infância, brincadeira e cultura. *Horizontes*, Itatiba, v. 27, n. 2, p. 37-46, jul./dez. 2009.

CARVALHO, L. D.; SEIXAS, E. C.; SEIXAS, P. C. A infância urbana nas ciências sociais: problemáticas e desafios metodológicos. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 23, n. 1, e43974, jan./dez. 2023.

CASTRO, L. R. *A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

CEPPI, G.; ZINI, M. (Ed.). *Children, spaces, relations: metaproject for an environment for young children*. Reggio Emilia, Italy: Reggio Children, 1998.

CHILDHOOD. [S.l.]: Sage, v. 7, n. 3, Aug. 2000.

CHRISTENSEN, P.; O'BRIEN, M. (Ed.). *Children in the city: home, neighbourhood and community*. London: Routledge, 2000.

COELHO, G. N. Brincadeiras na favela: a constituição da infância nas interações com o ambiente. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (Org.). *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Martins, 2007. p. 173-204.

CORSARO, W. A. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DAVOLI, M.; FERRI, G. (Ed.). *Reggio Tutta: a guide to the city by the children*. Reggio Emilia: Reggio Children, 2000.

DEBORTOLI, J. A. O.; MARTINS, M. F. A; MARTINS, S. (Org.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DELGADO, A. C. C.; MULLER, F. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005.

DELGADO, A. C. C.; MULLER, F. (Org.). Tempos e espaços da infância [dossiê]. *Currículo Sem Fronteiras*, Associação Brasileira de Currículo, v. 6, n. 1, jan./jun. 2006.

DERR, V.; CHAWLA, L.; MINTZER, M. *Placemaking with children and youth: participatory practices for planning sustainable communities*. New York: New Village Press, 2018.

EISEN, G. *Children and play in the holocaust: games among the shadows*. Massachusetts: University of Massachusetts Press, 1988.

FARIA, A. L. G. *Direito à infância: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938)*. 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

FARIA FILHO, L. M. Na relação escola-família, a criança como educadora: um olhar sobre a Escola Nova em Minas Gerais. In: GONDRA, J. G. (Org.). *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002. p. 81-95.

FARIAS, R. N. P. *Infâncias em Brasília: o mapa da cidade, o mapa da mina*. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

FERNANDES, F. As trocinhas do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico dos grupos infantis. In: FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 153-175.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (Unicef). *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

GEHL, J. *Cidade para pessoas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GLOBAL DESIGNING CITIES INITIATIVE (GDCI). *Designing streets for kids*. New York: GDCI, 2020.

GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; SEIXAS, E. C.; TOMÁS, C. (Org.). *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. São Paulo: FEUSP, 2022.

GOBBI, M. A.; LEITE, M. C. S.; ANJOS, C. I. (Org.). *Crianças, educação e o direito à cidade: pesquisas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2021.

GOMES, A. M. R.; GOUVEA, M. C. S. A criança e a cidade: entre a sedução e o perigo. In: DEBORTOLI, J. A. O.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, S. (Org.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 47-69.

GOUGH, K. V.; FRANCH, M. Spaces of the street: socio-spatial mobility and exclusion of youth in Recife. *Children's geographies*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 149-166, Aug. 2005.

GOUVEA, M. C. S. Escola compulsória inglesa: história e historiografia. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 377-398, abr./jun. 2013.

HEYWOOD, C. *Uma história da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

40

HOLLOWAY, S. L.; VALENTINE, G. (Ed.). *Children's geographies: playing, living, learning*. London: Routledge, 2000.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAMES, A. L. Competition or integration? The next step in childhood studies? *Childhood*, [S.l.], v. 17, n. 4, p. 485-499, Nov. 2010.

JAMES, A.; JAMES, A. *Key concepts in childhood studies*. 2. ed. London: Sage, 2012.

JENKS, C. Constituindo a criança. *Educação, Sociedade e Culturas*, Porto, Portugal, n. 17, p. 185-216, 2002.

KOZLOVSKI, R. Adventure playgrounds and postwar reconstruction. In: GUTMAN, M.; CONINCK-SMITH, N. (Ed.). *Designing modern childhoods: history, space and the material culture of children*. London: Rutgers University, 2008. p. 171-192.

KUHLMANN JÚNIOR, M. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000.

LANSKY, S. *Praça Jerimum: cultura infantil no espaço público*. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

LANSKY, S. *Na cidade com crianças, uma etno-grafia espacializada*. 2012.134 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LANSKY, S.; GOUVEA, M. C. S. O brincar como prática social de territorialização. In: GOBBI, M. A. et al. (Org.). *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. São Paulo: EdUSP, 2022. p. 362-381.

LANSKY, S.; GOUVEA, M. C. S.; GOMES, A. M. R. Cartografia das infâncias em região de fronteira em Belo Horizonte. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 128, p. 717-740, jul./set. 2014.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, [1968] 2009.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1992.

LIMA, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LOEB, R. M.; LIMA, A. G. G. (Org.). *Cidade, gênero e infância*. São Paulo: Romano Guerra, 2021.

LOPES, J. M.; VASCONCELLOS, T. *Geografia da infância: reflexões sobre uma área de pesquisas e estudos*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

LUCCHINI, Riccardo. *Sociologie de la survie: l'enfante dans la rue*. Paris: PUF, 1996.

LYNCH, K.; BANERJEE, T. Growing up in cities. In: BANERJEE, T.; SOUTHWORTH, M. *City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991a. p. 174-184. Pesquisa iniciada em 1976.

LYNCH, K.; LUKASHOK, A. K. Some childhood memories of the city. In: BANERJEE, T.; SOUTHWORTH, M. *City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch*. Cambridge, MA: MIT, 1991b. p. 154-172.

MARQUES, R. N.; KANEGAE, M. M.; MULLER, F.; SALGADO, M. M. Narrativas de percursos e percursos narrados na superquadra modelo e na Vila do Boa: utopias e distopias em Brasília. *Ponto Urbe*, v. 21, 2017. Disponível em <https://journals.openedition.org/pontourbe/3557>. Acesso em: 26 dez. 2023.

MATTHEWS, J. *Drawing and painting: children and visual representation*. 2. ed. London: PCP, 2003.

MCKENDRIK, J. The geography of children: an annotated bibliography. *Childhood*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 359-387, Aug. 2000.

MEYHEW, H. *London labour and the London poor: selections*. [S.l.]: Penguin Classics, 1985.

MIRANDA, D. S. (Org.). *O parque e a arquitetura: uma proposta lúdica*. Campinas: Papirus, 1996.

MULLER, F.; DELGADO, A. C. C. Abordagens etnográficas nas pesquisas com crianças. In: CRUZ, S. H. V. (Org.) *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 141-157.

MULLER, F.; NUNES, B. F. (Org.). Infância e cidade: perspectivas analíticas para as áreas de educação e sociologia [dossiê]. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 35 n. 128, jul./set. 2014.

OLWIG, K. F.; GULLOV, E. (Ed.). *Children's places: cross-cultural perspectives*. Londres: Routledge, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração dos direitos da criança*. 1959. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22026/file/declaracao-dos-direitos-da-crianca-1959.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção sobre os direitos da criança*. Adotada pela Resolução nº L.44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990. 1989. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convdir_crianca.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023. [Título em inglês: *Convention on the Rights of the Child (CRC)*].

42

PARGA, J. S. *Orfandades infantiles y adolescentes: introducción a una sociología de la infancia*. Quito: Abya-Yala, 2004. Disponível em: https://digitalrepository.unm.edu/abya_yala/256/. Acesso em: 26 dez. 2023.

PUNCH, S. Youth transitions and interdependent adult-child relations in rural Bolivia. *Journal of Rural Studies*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 123-133, Apr. 2002.

QVORTRUP, J. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". *Pro-posições*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 199-211, jan./abr. 2011.

QVORTRUP, J.; CORSARO, W. A.; HONIG, M. S. (Ed.). *The Palgrave handbook of childhood studies*. London: Palgrave, 2009.

RASMUSSEN, K.; SMIDT, S. Children in the neighbourhood: the neighbourhood in the children. In: CHRISTENSEN, P.; O'BRIEN, M. (Ed.) *Children in the city: home, neighbourhood and community*. London: Routledge, 2002. Chapter 6.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI). *Plano Nacional pela Primeira Infância: 2010-2022: 2020-2030*. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: RNPI, 2020. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SANTOS, M. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SARMENTO, M. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. (Org.). *Estudos da infância*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17-39.

SCHUELER, A. F. M. A Associação Protetora da Infância Desvalida e as Escolas de São Sebastião e São José: educação e instrução no Rio de Janeiro do século XIX. In: MONARCHA, C. (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 157-184.

SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, [1974] 1988.

SILVA, M. R. Exercícios de ser criança: o corpo em movimento na educação infantil. In: ARROYO, M. G.; SILVA, M. R. *Corpo infância: exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias dos corpos*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 215-239.

SMITH, R.; BARKER, J. "Out of school", in school: a social geography of out of school childcare. In: HOLLOWAY, S. L.; VALENTINE, G. *Children's geographies: playing, living, learning*. London: Routledge, 2000. p. 245-256.

TIRIBA, L. Crianças da natureza. In: SEMINÁRIO NACIONAL CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 1., 2010, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-%20pdf/7161-2-9-artigo-mec-criancas-natureza-lea-tiriba/file>. Acesso em: 11 dez. 2023.

TONUCCI, F. *La città dei bambini: un modo nuovo di pensare la città*. Roma: Laterza, 1996.

Unicef ver FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (Unicef). *Child friendly cities*. [New York, 1996]. Available in: <https://www.childfriendlycities.org/> Access in: 1 ago. 2023.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (Unicef). *Shaping urbanization for children: a handbook on child-responsive urban planning*. New York: Unicef, 2018.

VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. *Infância (in)visível*. São Paulo: Junqueira & Marins, 2007.

ZEIHER, H. Shaping daily life in urban environments. In: CHRISTENSEN, P.; O'BRIEN, M. (Ed.). *Children in the city: home, neighbourhood and community*. London: Routledge, 2002. Chapter 5.

Samy Lansky, arquiteto, doutor e pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), diretor do escritório Vecci Lansky arquitetura, coordenador do coletivo Amigos da Rua e vice-diretor sociocultural do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento de Minas Gerais.

samylanskyarquiteto@gmail.com

Maria Cristina Soares de Gouvea, doutora em História da Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em História pela Oxford University e pós-doutorado em História da Educação pela Universidade de Lisboa, é professora titular aposentada da Faculdade de Educação da UFMG e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Infância e Educação Infantil (Nepei).

crisoares43@gmail.com

Recebido em 9 de agosto de 2023

Aprovado em 16 de outubro de 2023